

4/6/98 CB
31 18

Mata atlântica ganha apoio de FHC

Ao receber ambientalistas no Palácio do Planalto, presidente promete se empenhar pela aprovação de lei que preserva área

O presidente Fernando Henrique Cardoso apoiará o projeto de lei que delimita e protege o que restou da mata atlântica no Brasil, disseram dirigentes de grupos ambientalistas que foram ao Palácio do Planalto cobrar do governo mais ação no combate ao desmatamento. Com dados apontando a devastação de meio milhão de hectares entre 1990 e 1995, querem que o Congresso vote até o final do semestre o projeto definindo a área considerada de mata atlântica no Brasil.

O presidente prometeu aos ambientalistas telefonar para os líderes dos partidos da base governista pedindo apoio para aprovação da proposta, em tramitação no Congresso há seis anos. A maior resistência é da bancada ruralista. De acordo com o artigo 225, parágrafo 4º da Constituição Federal, a mata atlântica é considerada patrimônio da humanidade. Com isso, toda área considerada precisa ser preservada e conservada e o uso das terras para a agricultura é bastante restrito.

O deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), autor do projeto que delimita a área de mata, explicou que o uso sustentável das terras não impede sua exploração comercial. "Não queremos congelar a Mata Atlântica, mas conservá-la e utilizá-la de forma inteligente e racional", argumentou. "A biodiversidade da mata é uma das mais ricas e tem um imenso potencial."

Feldmann aposta na força do apoio de Fernando Henrique para a aprovação do seu projeto. "O governo do nosso lado é meio caminho andado", comemorou. Segundo o deputado, o presidente concordou que os limites de mata atlântica incluem também os chamados "ecossistemas associados do domínio" da mata, como a vegetação litorânea.

Pelos cálculos dos ambientalistas, a área remanescente de mata atlântica equivale hoje a 8 ou 9 milhões de hectares. Os ruralistas afirmam que o projeto considera mata

atlântica 15% do território nacional. O projeto de Feldman dá tratamento diferenciado às populações e aos pequenos agricultores que possuem terra na região litorânea.

CARTA

Durante a audiência, o presidente recebeu uma carta da rede de ONGs da Mata Atlântica na qual os ambientalistas manifestam preocupação com a falta de ações no controle à degradação e desmatamento da área e a falta de fiscalização por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O último levantamento feito pela SOS Mata Atlântica, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto Socioambiental, em nove estados, entre os anos de 1990 a 1995, registrou aumento no desmatamento, na ordem de 5,76% do total da área.

"Esta devastação é três vezes superior ao desmatamento na floresta amazônica no mesmo período, que foi de 1,8%", comparou o ambientalista João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental. "Nesse ritmo, dentro de 50 anos, a mata atlântica pode desaparecer totalmente", completou Mário Mantovani, um dos diretores da SOS Mata Atlântica. O estado de maior desmatamento nestes cinco anos foi o Rio de Janeiro (140 mil hectares), seguido de Minas Gerais (88,9 mil hectares).

Em São Paulo, o desmatamento se manteve estável em relação ao levantamento feito entre 1985 e 1990 (67 mil hectares), mas na região metropolitana 14% da mata está perdida. O levantamento aponta uma redução no desmatamento nos estados de Santa Catarina e Paraná, se comparado aos dados de 1985 e 1990. Os ambientalistas apontam a ação da Procuradoria da República nesses estados como responsável pela redução dos desmatamentos.

Fábio Feldman disse que pedirá aos líderes no Congresso que incluam a proposta na pauta de vota-

Arquivo / AE



Mata atlântica: preservação depende da aprovação de projeto que tramita no Congresso há seis anos, mas enfrenta a resistência da bancada ruralista

ção no dia 16, mesmo sem acordo. O deputado e os representantes do movimento SOS Mata Atlântica não conseguiram reunir-se à tarde com a bancada ruralista para tentar solucionar o impasse que impede a votação do projeto.

Um dos principais líderes da bancada ruralista, deputado Hugo Biehl (PPB-SC), disse que não concorda com a inclusão do projeto na pauta de votação antes de se definir como ficará a situação dos agricultores afetados. "Ninguém é contra a preservação, mas precisamos distinguir o que é de fato mata atlântica", afirmou o deputado, pa-

ra quem a abrangência definida no projeto está tecnicamente errada.

Hugo Biehl sugere que se leve o projeto a um técnico internacional para a definição das áreas de mata atlântica. Segundo ele, todo o estado de Santa Catarina, por exemplo, está relacionado como área dessa mata, o que não corresponde à realidade e poderá prejudicar o pequeno agricultor.

MOBILIZAÇÃO

Dirigentes do SOS Mata Atlântica transformaram a quarta-feira, em Brasília, num dia de mobilização, aproveitando a Semana do Meio

Ambiente para pressionar pela aprovação do projeto de lei sobre a preservação da mata atlântica. Segundo o diretor do movimento, Mário Mantovani, pela manhã eles se encontraram com as lideranças do Congresso e às 12h45 entregaram ao presidente Fernando Henrique o atlas da mata atlântica que revela o descalabro da situação atual. "A velocidade do desmatamento no Brasil é de um campo de futebol a cada quatro minutos, o que é um número insustentável", afirmou Mantovani.

Em sua avaliação, a preservação do que resta de mata atlântica pas-

sa a ser agora o grande problema do governo Fernando Henrique. "Estamos brigando para manter os 7% de mata atlântica que ainda restam no país", ressaltou o diretor, lembrando que 93% da área já foram destruídos.

Para se ter uma idéia, se o Código Florestal retificado em 1975 fosse cumprido, ainda haveria de 35% a 40% de proteção da mata, já que a lei obriga a preservação de 20% das propriedades rurais como áreas de reserva legal. Setenta por cento do que ainda resta de mata atlântica no país estão em propriedades rurais particulares.